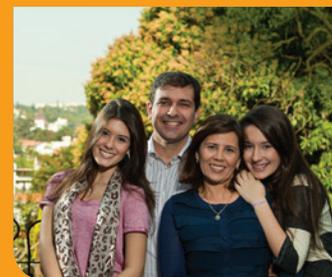




ODEPREV
O futuro é agora

Relatório Anual



2012



APRESENTAÇÃO

Prezado Participante,

Este Relatório apresenta os documentos, conforme estabelece a Resolução CGPC nº 23 de 06/12/2006 do Ministério da Previdência Social.

Conforme Ofício nº 764/2013/CGAC/DIACE/PREVIC de 01 de março de 2013, ficamos dispensados de encaminhar, por meio impresso, o Relatório Anual aos Participantes e Assistidos.

Os documentos originais com as assinaturas estão disponíveis na ODEPREV.

Neste relatório estão disponibilizadas as seguintes informações:

1. **Introdução**
2. **Parecer Atuarial**
3. **Parecer dos Auditores**
 - 3.1. Relatório dos Auditores Independentes
 - 3.2. Demonstrações Contábeis
 - 3.3. Principais Práticas Contábeis, Itens Avaliados e Critérios Adotados
 - 3.4. Investimentos
 - 3.5. Contingências
4. **Política de Investimentos**
 - 4.1. Política do Plano de Benefícios
 - 4.2. Política do Plano de Gestão Administrativa
5. **Manifestação dos Conselhos**
 - 5.1. Conselho Fiscal
 - 5.2. Conselho Deliberativo

Salvador, abril de 2013

Sérgio Brinckmann - **Diretor Presidente**
Daniel Lima - **Diretor de Investimentos / AETQ**
Ivette Guimarães - **Diretora de Segurança / ARPB**



1. INTRODUÇÃO

A ODEPREV iniciou o ano de 2012 com o desafio de dar continuidade às ações de comunicação iniciadas em 2011 junto aos Integrantes da Organização Odebrecht (Participantes e não Participantes), visando manter e aperfeiçoar as ações do Programa de Educação Financeira e Previdenciária. Buscamos também diversificar os Investimentos da ODEPREV, alinhados a uma estratégia mais adequada ao horizonte de longo prazo do Plano.

Na estratégia de comunicação, buscamos o alinhamento com a cultura de nossa Organização (TEO) e a "Visão 2020". O principal objetivo da comunicação foi informar e educar os Integrantes da Organização quanto à importância do planejamento financeiro, em particular aquele voltado para o Pós-Carreira, utilizando uma linguagem simples, didática e direta.

O crescimento da Organização Odebrecht levou ao aumento de adesões, inclusão de novas Patrocinadoras e o crescimento do patrimônio da ODEPREV. O Patrimônio da entidade cresceu 31,97% em 2012, alcançando R\$ 1,4 bilhão. O número de Participantes aumentou 25,22%, atingindo 17.294, e o número de Assistidos passou para 104, representando um crescimento de 15,55% no ano.

Em relação ao cenário econômico, o ano de 2012 foi marcado pela acentuada queda das taxas de juros na economia brasileira (a meta para a Selic, definida pelo Comitê de Política Monetária - COPOM, foi reduzida de 11% a.a. em janeiro de 2012 para 7,25% a.a., em dezembro de 2012) e pelos baixos índices do mercado de ações brasileiro (como o IBrX-50, que é a referência para a carteira de renda variável). Enfrentamos esse cenário intensificando o processo de diversificação dos investimentos da ODEPREV, o que se mostrou bastante eficaz: a carteira de renda fixa rendeu 135,75% do CDI e a de renda variável superou o Ibovespa em 3,69%. Essa estratégia permitiu acumular em 2012 um retorno real de 5,24% sobre o IPCA do período.

O desempenho da carteira de renda fixa explicou-se principalmente pelo aumento da exposição em ativos indexados à inflação (como as NTB-Bs e algumas debêntures). Já o desempenho da renda variável foi explicado pela diversificação de estratégias, que contou

com investimentos em fundos de Dividendos, Valor, Retorno Absoluto e Ativismo.

Diante da consolidação desse cenário econômico, atingir o desempenho almejado para os investimentos do Plano em 2013 implicará na busca constante por novas estratégias. As mudanças trarão volatilidade no curto prazo, mas os esforços de Educação Financeira proverão a compreensão necessária para que possamos apoiar os Participantes na conquista de seu objetivo de longo prazo, que é a conquista de maior tranquilidade financeira no Pós-Carreira.





2. PARECER ATUARIAL

O Atuário é o profissional técnico especialista em mensurar e administrar riscos, focando suas ações em basicamente 3 (três) setores: Seguros, Previdência e Capitalização e Investimentos. O atuário é capaz de analisar, simultaneamente, as mudanças financeiras e sociais no mundo e criar, a partir daí, modelos matemáticos para diversas aplicações, como: planos de investimentos e amortizações, efetuar cálculos de probabilidades de eventos, avaliar riscos, fixar valores de prêmios de seguro ou de indenizações e outros.

Na ODEPREV a Empresa responsável é a ETAA – Escritório Técnico de Assessoria Atuarial, empresa criada em 1974 e que foi responsável pelos estudos iniciais que deram origem ao Plano de Previdência Complementar da ODEPREV, em 1995.

PARECER ATUARIAL

Anexo VI - Demonstração Atuarial - DA 2012

Entidade:

ODEPREV ODEBRECHT PREVIDÊNCIA

Plano de Benefícios:

PLANO ODEPREV DE RENDA MENSAL

CNPB Nº:

1994.0040-29

Patrocinadoras:

ODEBRECHT S.A. E OUTRAS

Data-Base:

31/12/2012

1. OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais em 31/12/2012 que devem constar do Balanço Patrimonial e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2012 e nas Demonstrações Atuariais (DA 2012).

2. PLANO DE BENEFÍCIOS

O Plano foi instituído em 01/06/1995.

A última alteração do Regulamento foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, através da Portaria MPS/PREVIC/DETEC nº 455 de 21/06/2010, publicada no DOU nº 118, de 23/06/2010, página 45.

3. BASE CADASTRAL

A Avaliação Atuarial foi efetuada sobre o cadastro fornecido pela Entidade e posicionado em 31/12/2012.

O cadastro apresenta divergência quanto à classificação dos saldos dos Fundos dos Participantes e Assistidos em relação à contabilização dos mesmos na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos e de Benefícios a Conceder, onde em Benefícios Concedidos consta o saldo de Participantes que ainda estão no período de diferimento do benefício; em Benefícios a Conceder consta o saldo de Assistidos; bem como, na distribuição dos saldos dos Fundos entre a parcela da Patrocinadora e parcela do Participante.

A síntese do cadastro, na data-base de 31/12/2011 e 31/12/2012, está conforme segue:

| | 31/12/2011 | 31/12/2012 |
|--|---------------|---------------|
| Quantidade de Participantes ativos | 12.447 | 14.208 |
| Mulheres | 2.818 | 3.332 |
| Homens | 9.629 | 10.876 |
| Tempo médio de filiação ao Plano | 4,11 anos | 4,34 anos |
| Salário de Participação médio | (*) | (*) |
| Quantidade de Participantes Autopatrocinados | 30 | 39 |
| Idade média dos Participantes Autopatrocinados | 43,06 anos | 43,31 anos |
| Folha de Salário de Participação | (*) | (*) |
| Quantidade de Participantes em BPD | 1.281 | 2.982 |
| Total do Saldo dos Fundos** | 59.992 | 103.331 |
| Quantidade de Assistidos | 90 | 104 |
| Nº de aposentadorias | 90 | 104 |
| Benefício médio** | 4 | 3 |
| Idade média | 58,52 anos | 58,97 anos |

(*) Dado não disponibilizado pela Entidade.

(**) Valores em R\$ mil.





O cadastro está assim composto:

Valores em R\$ mil

| CATEGORIA | IDADE MÉDIA | QUANTIDADE | | | SALDO DOS FUNDOS | | |
|------------------------------|-------------|--------------|---------------|---------------|------------------|----------------|------------------|
| | | MULHERES | HOMENS | TOTAL | PARTICIPANTES | PATROCINADORA | TOTAL |
| Regulares e Autopatrocinados | 39,50 anos | 3,284 | 10.686 | 13.970 | 906.773 | 325.399 | 1.232.172 |
| Suspensos | 39,46 anos | 29 | 133 | 162 | 5.813 | 1.937 | 7.750 |
| Cancelados | 36,26 anos | 12 | 33 | 45 | 256 | 83 | 339 |
| Resgates Parcelados | 48,55 anos | 7 | 24 | 31 | 1.280 | 26 | 1.306 |
| Total | | 3.332 | 10.876 | 14.208 | 914.122 | 327.446 | 1.241.568 |
| Remidos para BPD | 25,83 anos | 799 | 2.183 | 2.982 | 102.463 | 868 | 103.331 |
| Total | | | | | 1.016.585 | 328.314 | 1.344.898 |
| Assistidos | 58,97 anos | 10 | 94 | 104 | | | 21.740 |
| Total Geral | | | | | | | 1.366.639 |

4. BENEFÍCIOS, MODALIDADE E REGIME FINANCEIRO

O Plano assegura os benefícios de Renda Mensal, Pecúlio por Morte e Pecúlio por Invalidez Permanente, na modalidade de Contribuição Definida.

O regime financeiro é o de Capitalização, pelo método de Capitalização Financeira Individual, sendo operacionalizado em quotas patrimoniais na fase de acumulação de recursos e na de recebimento do benefício.

5. PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

O Plano não exige a assunção de nenhuma premissa ou hipótese atuarial, uma vez que, tanto na fase de acumulação de recursos quanto de pagamento do benefício, está estruturado na modalidade de Contribuição Definida, operacionalizado em quotas patrimoniais, no regime financeiro de Capitalização Financeira Individual.

Desta forma, as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos, em 31/12/2012, correspondem à soma dos Saldos dos Fundos existentes em 31/12/2012, formados pelas contribuições dos Participantes e pelas contrapartidas das Patrocinadoras.

6. CUSTEIO DO PLANO

Para o período de 01/04/2013 a 31/03/2014 o Plano de Custeio está assim fixado:

6.1. PARTICIPANTE REGULAR

- 6.1.1** Contribuição Regular e Mensal, de percentual livremente fixado pelo Participante, a partir do mínimo de 1% e máximo de 12% sobre o Salário Mensal.
- 6.1.2** Contribuição Esporádica, de valor livremente fixado pelo Participante.

6.1.3 Sobre o valor das Reservas constituídas a favor do Participante Regular, será debitada, mensalmente, a contribuição para o custeio das despesas administrativas.

6.2. PARTICIPANTE AUTOPATROCINADO

6.2.1 Contribuição Regular e Mensal, de percentual livremente fixado pelo Participante, a partir do mínimo de 1% e máximo de 12% sobre o Salário Mensal em vigor na data da extinção do seu contrato de trabalho, não podendo, inicialmente, ser inferior a média das doze últimas contribuições, quando da condição de Participante Regular.

6.2.2 Contribuição Esporádica, de valor livremente fixado pelo Participante.

6.2.3 Contribuição Mensal, de valor determinado pela "Contrapartida" que seria devida pela Patrocinadora, caso o Participante estivesse vinculado à mesma.

6.2.4 Sobre o valor das Reservas constituídas a favor do Participante Autopatrocinado, será debitada, mensalmente, a contribuição para o custeio das despesas administrativas.

6.3. PARTICIPANTE REMIDO

6.3.1 Contribuição Regular e Mensal: Não há.

6.3.2 Contribuição Esporádica: Não há.

6.3.3 Contribuição Mensal, de valor determinado pela "Contrapartida" que seria devida pela Patrocinadora: Não há.

6.3.4 Sobre o valor das Reservas constituídas a favor do Participante Remido, será debitada, mensalmente, a contribuição para o custeio das despesas administrativas.

6.4. ASSISTIDO

Sobre o valor das Reservas constituídas a favor do Assistido, será debitada, mensalmente, a contribuição para o custeio das despesas administrativas.

6.5. PATROCINADORAS

6.5.1 Contribuição mensal, denominada "Contrapartida A", de valor correspondente a 10% sobre a Contribuição Regular e Mensal de cada Participante Regular.

6.5.2 Contribuição denominada de "Contrapartida B", calculada por percentual incidente sobre a Contribuição Regular e Mensal individual, de acordo com tabelas progressivas que consideram a idade, o tempo de serviço à ODEBRECHT e a faixa salarial do Participante Regular.

6.5.3 Contribuição anual definida após o final de cada ano, em função dos resultados da Patrocinadora a que o Participante estiver vinculado, considerando o realizado em relação ao previsto.

6.6. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas com a administração do Plano Odeprev de Renda Mensal serão custeadas conforme previsto no Regulamento e Política de Investimentos do Plano de Gestão Administrativa – PGA 2013 a 2017.

A taxa de administração (TxADM) referida no item Fonte de Custeio do Regulamento do PGA está fixada em até 0,0349328% a cada mês (equivalente a até 0,42% ao ano).



7. PATRIMÔNIO SOCIAL

7.1. O Patrimônio Social em 31/12/2011 e em 31/12/2012 está composto conforme segue:

Valores em R\$ mil

| | 31/12/2011 | 31/12/2012 |
|--|------------------|------------------|
| Patrimônio Social | 1.037.372 | 1.368.502 |
| Patrimônio de Cobertura do plano | 1.035.584 | 1.366.639 |
| Provisões Matemáticas | 1.035.584 | 1.366.639 |
| Benefícios Concedidos | 16.660 | 123.361 |
| Contribuição Definida – Saldo de Contas dos Assistidos | 16.660 | 123.361 |
| Benefícios a Conceder | 1.018.923 | 1.243.278 |
| Contribuição Definida | 1.018.923 | 1.243.278 |
| Saldo de Contas – Parcela Patrocinadoras | 244.979 | 328.307 |
| Saldo de Contas – Parcela Participantes | 773.945 | 914.971 |
| Equilíbrio Técnico | - | - |
| Fundos | 1.788 | 1.863 |
| Fundos Administrativos | 1.788 | 1.863 |

7.2. A composição da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos contabilizada em 31/12/2012, fornecida pela Entidade, está conforme segue:

Valores em R\$ mil

| Categoria | Saldos Fundos em 31/12/2011 |
|------------------------------------|------------------------------------|
| Assistidos | 21.735 |
| Participantes Remidos para BPD | 101.602 |
| Resgate | 24 |
| Total Benefícios Concedidos | 123.361 |

7.3. A composição da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder contabilizada em 31/12/2012, fornecida pela Entidade, está conforme segue:

Valores em R\$ mil

| Categoria | Saldos Fundos em 31/12/2011 |
|--|------------------------------------|
| Participantes Ativos - Parcela Patrocinadora | 327.446 |
| Participantes Remidos para BPD | 868 |
| Resgate | 12 |
| Assistidos | 6 |
| Total Benefícios a Conceder - Patrocinadora | 328.307 |

7.4. A composição da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder contabilizada em 31/12/2012, fornecida pela Entidade, está conforme segue:

Valores em R\$ mil

| Categoria | Saldos Fundos em 31/12/2011 |
|---|------------------------------------|
| Participantes Ativos - Parcela Participante | 914.122 |
| Participantes Remidos para BPD | 861 |
| Resgate | -12 |
| Ajuste arredondamento | 0 |
| Total Benefícios a Conceder - Participante | 914.971 |

Observações:

(1) Os valores consignados na rubrica Provisões Matemáticas apresentam inconsistências quanto à classificação dos saldos dos Fundos dos Participantes (Benefícios a Conceder) e dos Assistidos (Benefícios Concedidos), onde em Benefícios Concedidos consta o saldo de Participantes que ainda estão no período de diferimento do benefício; em Benefícios a Conceder consta o saldo de Assistidos; bem como, na distribuição dos saldos dos Fundos entre a parcela da Patrocinadora e parcela do Participante. Todavia, por tratar-se de Plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida, o total do saldo dos Fundos está correto.

(2) No exercício de 2013, a Entidade deverá efetuar os devidos ajustes fazendo a correta movimentação dos saldos dos Participantes e Assistidos, de modo que o valor da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos corresponda ao saldo dos Assistidos e em Benefícios a Conceder esteja representado somente pelo saldo dos Participantes.



8. CONCLUSÃO

- 8.1. Por tratar-se de Plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida, toda rentabilidade dos recursos garantidores é repassada aos Participantes e Assistidos e, desta forma, não há formação de Superávit Técnico.
- 8.2. Em relação à variação da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos a mesma deve-se a inclusão do Saldo de Contas dos Assistidos que tiveram a concessão do benefício no exercício de 2012, acrescida da rentabilidade.
- 8.3. A variação da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder deve-se às contribuições efetuadas no exercício de 2012, pelas Patrocinadoras e pelos Participantes, acrescida da rentabilidade. Observamos ainda, que no exercício de 2012 houve a adesão de várias Patrocinadoras com a consequente adesão de novos Participantes Contribuintes.
- 8.4. O Patrimônio de Cobertura do Plano dá cobertura integral às Provisões Matemáticas, podendo-se concluir que o Plano está em equilíbrio, apresentando solvência e liquidez.

São Paulo, 27 de março de 2013.

Magda Tsuê Massimoto Ardisson

Atuário – MIBA 462

Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S.S. Ltda.



3. PARECER DOS AUDITORES



Neste tópico será apresentado o Parecer dos Auditores Independentes, bem como uma análise das Demonstrações Contábeis, ambos elaborados pela mesma Empresa de Auditores Independentes, devidamente cadastrada na CVM conforme a Resolução Nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional.

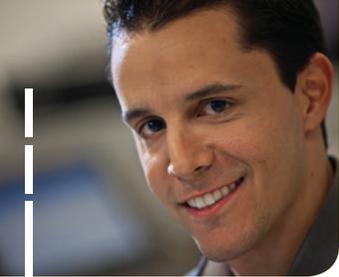
Foram analisadas pelos Auditores toda a estrutura administrativa, contábil e financeira da ODEPREV, além de suas respectivas rotinas operacionais. A partir daí, é emitido a opinião dos Auditores quanto aos procedimentos adotados.

3.1 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Diretores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores da ODEPREV – ODEBRECHT PREVIDÊNCIA

Examinamos as demonstrações contábeis da **ODEPREV ODEBRECHT PREVIDÊNCIA** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do Plano de Gestão Administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, das mutações do ativo líquido, e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.



Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem

como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais, por plano de benefício, anteriormente referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **ODEPREV – ODEBRECHT PREVIDÊNCIA** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Salvador, 08 de março de 2013.

PERFORMANCE
AUDITORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL
SOCIEDADE SIMPLES
CRC-2BA - 00710/O

JOSÉ RENATO MENDONÇA
CRC-1BA 9.709/O-9

3.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.2.1 BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

Valores em R\$ mil

| ATIVO | 2012 | 2011 |
|------------------------------|------------------|------------------|
| DISPONÍVEL | 2.049 | 295 |
| Total do disponível | 2.049 | 295 |
| REALIZÁVEL | | |
| Gestão Previdencial (nota 5) | 1.068 | 575 |
| Gestão Administrativa | 68 | 68 |
| Investimentos (nota 6) | | |
| Fundos de Investimento | 1.367.082 | 1.038.292 |
| Total do realizável | 1.368.218 | 1.038.935 |
| PERMANENTE | | |
| Imobilizado | 22 | 23 |
| Total do permanente | 22 | 23 |
| Total do ativo | 1.370.289 | 1.039.253 |

Valores em R\$ mil

| PASSIVO | 2012 | 2011 |
|--------------------------------------|------------------|------------------|
| EXIGÍVEL OPERACIONAL | | |
| Gestão Previdencial | 387 | 272 |
| Gestão Administrativa (nota 7) | 1.400 | 1.610 |
| Total do exigível operacional | 1.787 | 1.882 |
| PATRIMÔNIO SOCIAL (nota 8) | | |
| Patrimônio de cobertura do Plano | | |
| Provisões matemáticas | | |
| Benefícios Concedidos | 123.361 | 16.660 |
| Benefícios a Conceder | 1.243.278 | 1.018.923 |
| FUNDOS | | |
| Fundos Administrativos | 1.863 | 1.788 |
| Total do patrimônio social | 1.368.502 | 1.037.371 |
| Total do passivo | 1.370.289 | 1.039.253 |



3.2.2 DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

Valores em R\$ mil

| | 2012 | 2011 | Varição (%) |
|--|------------------|------------------|--------------|
| A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO | 1.037.371 | 819.657 | 26,56 |
| 1. ADIÇÕES | 367.472 | 244.522 | 50,28 |
| (+) Contribuições Previdenciais | 235.513 | 159.330 | 47,81 |
| (+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial | 126.986 | 79.723 | 59,28 |
| (+) Receitas Administrativas | 4.702 | 5.184 | -9,30 |
| (+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa | 271 | 285 | -4,91 |
| 2. DESTINAÇÕES | (36.341) | (26.808) | 35,56 |
| (-) Benefícios | (31.444) | (22.382) | 40,49 |
| (-) Despesas Administrativas | (4.897) | (4.426) | 10,64 |
| 3. ACRÉSCIMO / DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1+2) | 331.131 | 217.714 | 52,09 |
| (+/-) Provisões Matemáticas | 331.056 | 216.671 | 52,79 |
| (+/-) Fundos Administrativos | 75 | 1.043 | -92,81 |
| B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3) | 1.368.502 | 1.037.371 | 31,92 |

3.2.3 DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

Valores em R\$ mil

| | 2012 | 2011 | Varição (%) |
|--|----------------|----------------|---------------|
| A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | 1.788 | 745 | 140,00 |
| 1. Custeio da Gestão Administrativa | 4.973 | 5.469 | -9,07 |
| 1.1 Receitas | 4.973 | 5.469 | -9,07 |
| Custeio Administrativo dos Investimentos | 4.702 | 5.184 | -9,30 |
| Resultado Positivo dos Investimentos | 271 | 285 | -4,91 |
| 2. Despesas Administrativas | (4.898) | (4.426) | 10,66 |
| 2.1 Administração Previdencial | (2.345) | (1.883) | 24,54 |
| Pessoal e encargos | (1.256) | (1.003) | 25,22 |
| Treinamentos / congressos e seminários | (7) | (14) | -50,00 |
| Viagens e estadias | (80) | (30) | 166,67 |
| Serviços de terceiros | (407) | (484) | -15,91 |
| Despesas gerais | (595) | (352) | 69,03 |
| 2.2 Administração dos Investimentos | (1.398) | (720) | 94,17 |
| Pessoal e encargos | (534) | (589) | -9,34 |
| Treinamentos / congressos e seminários | (10) | (5) | 100,00 |
| Viagens e estadias | (19) | (29) | -34,48 |
| Serviços de terceiros | (179) | (78) | 129,49 |
| Despesas gerais | (656) | (19) | 3352,63 |
| 2.3 Outras Despesas (nota 9) | (1.155) | (1.823) | -36,64 |
| 3. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2) | 75 | 1.043 | -92,81 |
| 4. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (3) | 75 | 1.043 | -92,81 |
| B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+4) | 1.863 | 1.788 | 4,19 |



3.2.4 DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO ODEPREV DE RENDA MENSAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

Valores em R\$ mil

| | 2012 | 2011 | Varição (%) |
|------------------------------------|------------------|------------------|--------------|
| 1. ATIVOS | 1.368.889 | 1.037.643 | 31,92 |
| Disponível | 2.039 | 287 | 610,45 |
| Recebível | 2.931 | 2.363 | 24,04 |
| Investimento | | | |
| Fundos de Investimento | 1.363.919 | 1.034.993 | 31,78 |
| 2. OBRIGAÇÕES | 387 | 272 | 42,28 |
| Operacional | 387 | 272 | 42,28 |
| 3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS | 1.863 | 1.788 | 4,19 |
| Administrativo | 1.863 | 1.788 | 4,19 |
| 4. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3) | 1.366.639 | 1.035.583 | 31,97 |
| Provisões matemáticas | 1.366.639 | 1.035.583 | 31,97 |

**3.2.5 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO ODEPREV DE RENDA MENSAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011**

Valores em R\$ mil

| | 2012 | 2011 | Varição (%) |
|--|------------------|------------------|--------------------|
| A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO | 1.035.583 | 818.912 | 26,46 |
| 1. ADIÇÕES | 362.499 | 239.053 | 51,64 |
| (+) Contribuições Previdenciais | 235.513 | 159.330 | 47,81 |
| (+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial | 126.986 | 79.723 | 59,28 |
| 2. DESTINAÇÕES | (31.444) | (22.382) | 40,49 |
| (-) Benefícios | (31.444) | (22.382) | 40,49 |
| 3. ACRÉSCIMO / DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO | 331.055 | 216.671 | 52,79 |
| (+/-) Provisões Matemáticas | 331.055 | 1.035.582 | -68,03 |
| B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO | 1.366.638 | 1.035.583 | 31,97 |
| C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS | 1.863 | 1.788 | 4,21 |
| (+/-) Fundos Administrativos | 1.863 | 1.788 | 4,21 |



3.2.6 DEMONSTRAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS - PLANO ODEPREV DE RENDA MENSAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

Valores em R\$ mil

| | 2012 | 2011 | Varição (%) |
|---|------------------|------------------|---------------|
| PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO (1) | 1.366.639 | 1.035.583 | 31,97 |
| 1. Provisões Matemáticas | 1.366.639 | 1.035.583 | 31,97 |
| 1.1 Benefícios Concedidos | 123.361 | 16.660 | 640,46 |
| Contribuição Definida | 123.361 | 16.660 | 640,46 |
| 1.2 Benefícios a Conceder | 1.243.278 | 1.018.923 | 22,02 |
| Contribuição Definida | 1.243.278 | 1.018.923 | 22,02 |
| Saldo de contas - Parcela Patrocinadores | 328.307 | 244.978 | 34,01 |
| Saldo de contas - Parcela Participantes | 914.971 | 773.945 | 18,22 |

3.2.7 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

CONTEXTO OPERACIONAL

A ODEPREV ODEBRECHT PREVIDÊNCIA é uma Entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída em 23 de maio de 1995 de acordo com a autorização de funcionamento concedida pela Portaria nº 1719 do Ministério da Previdência e Assistência Social, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 1994, com autonomia administrativa e financeira, instituída pela Odebrecht S/A, entidade jurídica de direito privado.

A ODEPREV obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, através da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154/09.

A PREVIC é uma autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério da Previdência Social, sendo responsável pela supervisão e fiscalização das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e pela execução das políticas para o regime de previdência complementar operado pelas entidades.

A Lei nº 12.154/09 criou ainda a Secretaria de Políticas de Previdência Complementar - SPPC, com a competência de propor políticas e diretrizes para o setor de previdência complementar. Adicionalmente, tem como órgão regulador o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

A ODEPREV é uma Entidade singular, multipatrocinada, que aplica no país a totalidade de seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a ODEPREV tem como principal finalidade assegurar aos seus participantes (ativos, auto patrocinados, assistidos e pensionistas) as prestações estabelecidas em seu plano de benefício, caracterizando-se como Plano de Contribuição Definida – CD e denominado “Plano Odeprev de Renda Mensal”.

Constituem-se membros da ODEPREV, a Odebrecht S/A, e demais empresas do Grupo Odebrecht, inclusive as suas empresas controladas e coligadas, as quais atuam como patrocinadoras conveniadas. Em 31 de dezembro de 2012, a Entidade possui um total de 17.294 participantes (13.818 em 2011), sendo:

| Quantidade | | |
|------------------|---------------|---------------|
| | 2012 | 2011 |
| Ativos | 13.931 | 12.156 |
| Desligados | 2.982 | 1.281 |
| Autopatrocinados | 39 | 30 |
| Outros | 342 | 351 |
| Total | 17.294 | 13.818 |

Os recursos que a ODEPREV dispõe para cumprir seu principal objetivo são oriundos das contribuições de suas patrocinadoras, dos participantes e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que devem obedecer ao disposto na Resolução BACEN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

PLANOS PREVIDENCIAIS E ADMINISTRATIVO

A ODEPREV, registrada junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, administra o seguinte plano de benefício previdenciário:

• **Plano de Contribuição Definida:** Plano de Contribuição Definida inscrito sob nº **1994.0040-29** no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, no qual o valor do benefício é definido com base nas reservas de contribuições acumuladas até a data da concessão. O Plano foi aprovado em 26 de **dezembro** de 1994.

O Plano da Gestão Administrativa da ODEPREV foi constituído com base no Anexo **C** – Item **4** da Resolução CGPC nº **28** de **26** de **janeiro** de **2009**, revogada pela Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, tendo seu Regulamento sido aprovado pelo Conselho Deliberativo da ODEPREV por meio da ata de **11** de **dezembro** de **2009**.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da ODEPREV estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001 – Entidade Fechada de Previdência Complementar, e as práticas contábeis brasileiras.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26.



Além das características já descritas, a sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta a segregação dos registros contábeis em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

Consolidação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis denominadas de consolidado, estão representadas pelo somatório de todos os planos administrados pela Entidade, por definição da Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e a NBC TE 11 – Entidade Fechada de Previdência Complementar, e abrangem as demonstrações contábeis relativas ao Plano de Benefícios “Plano Odeprev de Renda Mensal” cadastrado no CNPB – Cadastro Nacional de Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar sob o nº 1994.0040-29 e ao Plano de Gestão Administrativa – PGA da ODEPREV.

3.3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS, ITENS AVALIADOS E CRITÉRIOS ADOTADOS

3.3.1 Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas (Variações Positivas) e Deduções (Variações Negativas)

As adições e deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas (Variações Positivas) e Deduções (Variações Negativas) do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios, com exceção das contribuições referentes aos autopatrocinados, que são registradas pelo regime de caixa.

3.3.2 Estimativas Atuariais e Contábeis

Na preparação das demonstrações

contábeis de acordo com as normas brasileiras de contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua e as revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos e refletem a posição em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, com base no julgamento da Administração dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações.

A avaliação atuarial da composição das provisões matemáticas em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foi efetuada pelo consultor atuarial externo Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda. As avaliações das contingências, ativas ou passivas, estão sob patrocínio da Mota Fonseca Advogados e Cavezzale Advogados.

3.3.3 Investimentos - renda fixa e renda variável

Conforme estabelecido pela Resolução CNPC nº. 04, de 30 de janeiro de 2002,

alterada pela Resolução CNPC nº. 08, de 19 de junho de 2002, as entidades fechadas de previdência complementar devem proceder à avaliação e classificação contábil dos títulos e valores mobiliários integrantes do portfólio do programa de investimentos - realizável segundo as duas categorias a saber:

. Títulos para negociação – nesta categoria são registrados os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer do título na data de aquisição, os quais são avaliados ao valor provável de realização.

. Títulos mantidos até o vencimento – nesta categoria são registrados os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a Entidade demonstra interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento os quais são avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a ODEPREV possuía em sua carteira apenas títulos para negociação, conforme nota explicativa nº 06.

Renda fixa

As aplicações de renda fixa estão apresentadas ao valor de custo, incluído, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos em base "pro rata" dia até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

As quotas de fundos de investimento são registradas pelo seu valor de realização, com base no valor da quota disponível no último dia útil precedente ao encerramento do balanço

patrimonial. Os acréscimos ou decréscimos são levados diretamente ao resultado.

MARCAÇÃO A MERCADO e CURVA DO PAPEL - O Banco Central editou a Resolução nº 2.931/02, alterando as normas de precificação dos ativos aplicados em carteiras de fundos de investimentos. Paralelamente, a partir de 29 de maio de 2002, com base na Instrução Normativa nº 365, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, os fundos contabilizam seus ativos pelo valor de mercado e não mais pelo valor de vencimento. Posteriormente, a CVM emitiu a Instrução Normativa nº 375/02, alterando os critérios de marcação a mercado para os fundos.

Renda variável

Representa quotas de fundos de investimentos de renda variável e estão registradas pelo valor da quota disponível no último dia útil precedente ao encerramento do balanço patrimonial. Os acréscimos ou decréscimos são levados diretamente ao resultado.

Imposto de renda

De acordo com a Lei nº. 11.053 de 29 de dezembro de 2004, que revogou a MP nº. 2.222/2001, a tributação do IR incide sobre os valores pagos aos participantes a título de benefícios ou resgates de valores acumulados, com alíquotas variáveis conforme período de acumulação de reservas, ou tabela progressiva do imposto de renda, de acordo com a opção efetuada pelo Participante.

PIS e COFINS

Calculados às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas



administrativas (receita bruta excluída dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitado aos rendimentos das aplicações proporcionadas pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

3.3.4 Imobilizado

Representa os bens necessários ao funcionamento da Entidade que estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, estabelecida em função do tempo de vida útil dos bens:

| Descrição | Taxa Anual |
|---------------------|------------|
| Móveis e utensílios | 10% |
| Hardware | 20% |
| Software | 20% |

3.3.5 Exigível operacional

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos incorridos.

3.3.6 Patrimônio de cobertura do Plano

Provisões matemáticas

São determinadas com base nos montantes acumulados das contribuições das patrocinadoras e dos participantes, e representam os compromissos acumulados no encerramento do período, relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou aos seus beneficiários.

As provisões matemáticas são constituídas exclusivamente para fazer face à concessão dos benefícios previstos no Plano Odeprev de Renda Mensal, que está estruturado sob a forma de Contribuição Definida - CD, onde as contribuições de cada participante são transformadas em quotas patrimoniais, sendo o valor da provisão matemática correspondente ao valor do patrimônio do fundo, excetuado o valor do fundo para o programa administrativo. A responsabilidade da ODEPREV na concessão de benefício está limitada ao saldo em quotas de cada participante nos fundos.

Benefícios concedidos

Correspondem ao saldo de fundos dos assistidos, ou seja, daqueles participantes em gozo de benefícios.

Benefícios a conceder

Correspondem ao saldo dos fundos existentes para futuro gozo dos benefícios, englobando parcela dos Patrocinadores e Participantes.



3.3.7 Custeio administrativo

O custeio administrativo é o valor cobrado pela ODEPREV para cobrir as despesas decorrentes da administração do Plano. A formação do fundo administrativo é em função das receitas, deduzidas das despesas, acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos.

Atendendo à determinação legal contida nas Resoluções CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas da ODEPREV são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

3.3.8 Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas da ODEPREV são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo de acordo com o que determina o Regulamento deste Plano. O saldo do Fundo Administrativo não caracteriza obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos do Plano.

A receita administrativa é custeada pelo Plano Odeprev de Renda Mensal em conformidade

com o plano de custeio vigente, através da cobrança da taxa de administração.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo a ODEPREV utiliza o seguinte critério:

- Alocação do resultado líquido entre receitas e despesas; e
- Alocação dos recursos próprios provenientes de receitas diretas da Gestão Administrativa.

3.4 INVESTIMENTOS

Realizável da Gestão Previdencial (Plano Previdencial)

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

Valores em R\$ mil

| | 2012 | 2011 |
|---|--------------|------------|
| Contribuições em atraso | | |
| Patrocinadores | 1.068 | 575 |
| Total do Realizável da Gestão Previdencial | 1.068 | 575 |

As contribuições possuem atrasos inferiores a sessenta e um dias não sendo constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa prevista na Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.



Realizável dos Investimentos (Plano Previdencial e PGA)

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

Valores em R\$ mil

| | 2012 | 2011 |
|--|------------------|------------------|
| Plano de Benefícios | | |
| Renda Fixa – Fundos de investimentos: | | |
| . ODP I Renda Fixa - Bradesco | 313.319 | 291.119 |
| . ODP II Renda Fixa – Itaú Unibanco | - | 51.398 |
| . ODP III Renda Fixa – BNP Paribas | 323.678 | 287.572 |
| . ODP IV Renda Fixa – Sulamerica | 316.571 | 281.994 |
| . ODP Estratégia Renda Fixa – Sulamerica | 221.498 | 62.013 |
| | 1.175.066 | 974.096 |
| Renda Variável – Fundos de investimentos: | | |
| . ODP Sulamerica FIC FIA Ações | 106.212 | 5.757 |
| . BLACK INST SMALL | 15.454 | - |
| . B ROCK INST IBRX1 | 20.868 | - |
| . B ROCK ICO2 | 14.914 | - |
| . B ROCK IBOVESPA F | 21.594 | - |
| . ITAU RPI ACOES IB | 9.684 | - |
| . ODP Schroder FIA Ações | 127 | 55.140 |
| | 188.853 | 60.897 |
| Total do Plano de Benefícios | 1.363.919 | 1.034.993 |
| Plano de Gestão Administrativa | | |
| Renda Fixa – Fundos de investimentos: | | |
| . Federal Extra - Bradesco | 3.163 | 3.299 |
| Total dos Investimentos | 1.367.082 | 1.038.292 |

Administração e custódia dos investimentos – A carteira de investimentos da ODEPREV é administrada por empresas do Grupo Itaú (Intrag, como Administradora de Fundos e Ativos e Itaú Custódia, como custodiante e controladoria de fundos e ativos mobiliários), empresas contratualmente responsáveis pelos trabalhos de Administração Fiduciária, Custódia e Controladoria dos Ativos da ODEPREV. Os títulos encontram-se custodiados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados - CETIP e no

Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

Todas as aplicações financeiras são classificadas como títulos para negociação, sendo indeterminado o prazo para resgate dessas aplicações. Conforme determinado pela Resolução MPAS / CNPC nº 4 de 2002, apresentamos no quadro a seguir os montantes, natureza e faixas de vencimento, bem como os valores de custo e mercado dos fundos de investimento exclusivos da ODEPREV:

Plano de Benefícios – Renda Fixa

Valores em R\$ mil

| Títulos para negociação | Vencimento | | | 2012 | Valor de Custo |
|-----------------------------------|----------------|-----------------|---------------------|------------------|----------------|
| | Até 01 ano | De 01 a 05 anos | A partir de 05 anos | Total | Total |
| Debêntures | 6.204 | 41.181 | 27.636 | 75.021 | 74.254 |
| Deposito a Prazo/Letra Financeira | 48.357 | 122.327 | 70.549 | 241.233 | 211.251 |
| Certificado de Deposito Bancário | 12.581 | 2.148 | - | 14.729 | 13.262 |
| Títulos públicos - LFT | 32.365 | 84.097 | 26.948 | 143.410 | 126.487 |
| Títulos públicos - LTN | 4.919 | 221.683 | - | 226.602 | 221.940 |
| Títulos públicos - NTN B | - | 22.441 | 23.852 | 46.293 | 44.434 |
| Títulos públicos - NTN F | 1.372 | 8.048 | 1.860 | 11.280 | 11.028 |
| Operações Compromissadas | 255.663 | - | - | 255.663 | 255.663 |
| Outros Ativos | 161.576 | - | - | 161.576 | - |
| Valores a receber | 976 | - | - | 976 | - |
| Valores a pagar | (1.744) | - | - | (1.744) | - |
| Saldo em tesouraria | 27 | - | - | 27 | - |
| Total | 522.296 | 501.925 | 150.845 | 1.175.066 | 958.319 |



Plano de Benefícios – Renda Variável

Valores em R\$ mil

| Títulos para negociação | 2012 Total |
|--------------------------|----------------|
| Papéis – ações | 60.883 |
| Fundos de renda variável | 115.957 |
| Operações compromissadas | 14.111 |
| Valores a receber | 66 |
| Valores a pagar | (2.641) |
| Saldo em tesouraria | 477 |
| Total | 188.853 |

Plano de Gestão Administrativa – Renda Fixa

Valores em R\$ mil

| Títulos para negociação | Vencimento | | | 2012 | Valor de Custo |
|--------------------------|---------------|-----------------------|---------------------------|--------------|-------------------|
| | Até 01 ano | De 01 a 05 anos | A partir de 05 anos | Total | Total |
| Títulos públicos - LFT | 882 | 1.255 | 418 | 2.555 | 2.973 |
| Operações compromissadas | 608 | - | - | 608 | - |
| Total | 1.490 | 1.255 | 418 | 3.163 | 2.973 |

Exigível Operacional - Gestão Administrativa (PGA)

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

Valores em R\$ mil

| Contas a pagar: | 2012 | 2011 |
|---|--------------|--------------|
| . Prestações de Serviços | 76 | 76 |
| . IRRF, PIS, COFINS, CSL Retidos a Recolher | 6 | 7 |
| . Remuneração de Colaboradores e Encargos | 1.297 | 1.503 |
| . Provisão de PIS e COFINS | 21 | 24 |
| | 1.400 | 1.610 |

Os saldos apresentados estão relacionados com gratificação anual de colaboradores, provisão de férias, garantia de valores, honorários pela prestação de serviços contábeis, dentre outros.



Patrimônio Social (Plano Previdencial e PGA)

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas e constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, conforme descrito na nota explicativa nº 04, item "h". No plano de benefícios da ODEPREV não são utilizadas hipóteses de natureza atuarial, sendo estruturado em quotas patrimoniais individuais.

O Fundo Administrativo da ODEPREV é composto pelas seguintes receitas:

- Percentual sobre o patrimônio do Plano, com reflexo no valor mensal da quota patrimonial e na reserva de cada participante e assistido; e
- Contribuições específicas da patrocinadora – as quais não foram efetuadas nos exercícios de 2012 e de 2011.

O saldo do patrimônio de cobertura do Plano e dos fundos é resumido conforme segue:

Valores em R\$ mil

| | 2012 | 2011 |
|--|------------------|------------------|
| Plano Previdencial | | |
| Provisões matemáticas | | |
| Benefícios concedidos | 123.361 | 16.660 |
| Benefícios a conceder | 1.243.278 | 1.018.923 |
| Total do Patrimônio de Cobertura do Plano | 1.366.639 | 1.035.583 |
| Plano de Gestão Administrativa | | |
| Fundo administrativo | 1.863 | 1.788 |
| Total de Fundos | 1.863 | 1.788 |
| Total | 1.368.502 | 1.037.371 |

Os benefícios, tanto na fase de acumulação de recursos quanto na fase de recebimento do benefício aos participantes, são operacionalizados em quotas patrimoniais, no regime de Capitalização Financeira, na modalidade de Contribuição Definida, não exigindo a assunção de qualquer premissa ou hipótese atuarial.

O Fundo de Gestão Administrativa é constituído pela diferença entre as receitas, taxa de administração, carregamento previdencial, receitas diretas e as despesas administrativas.

Rentabilidade

A rentabilidade líquida do Plano de Contribuição Definida obtida ao longo de 2012, expressa pela variação do valor da cota da Entidade, foi de 11,39% (9,11% em 2011).

Outras despesas do Plano de Gestão Administrativa Consolidado

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

Valores em R\$ mil

| | 2012 | 2011 |
|-------------------------|--------------|--------------|
| Outras Despesas: | | |
| . Pessoal e encargos | 996 | 1.210 |
| . PIS e COFINS | - | 256 |
| . Serviços de terceiros | 1 | 198 |
| . Outros | 158 | 159 |
| Total | 1.155 | 1.823 |



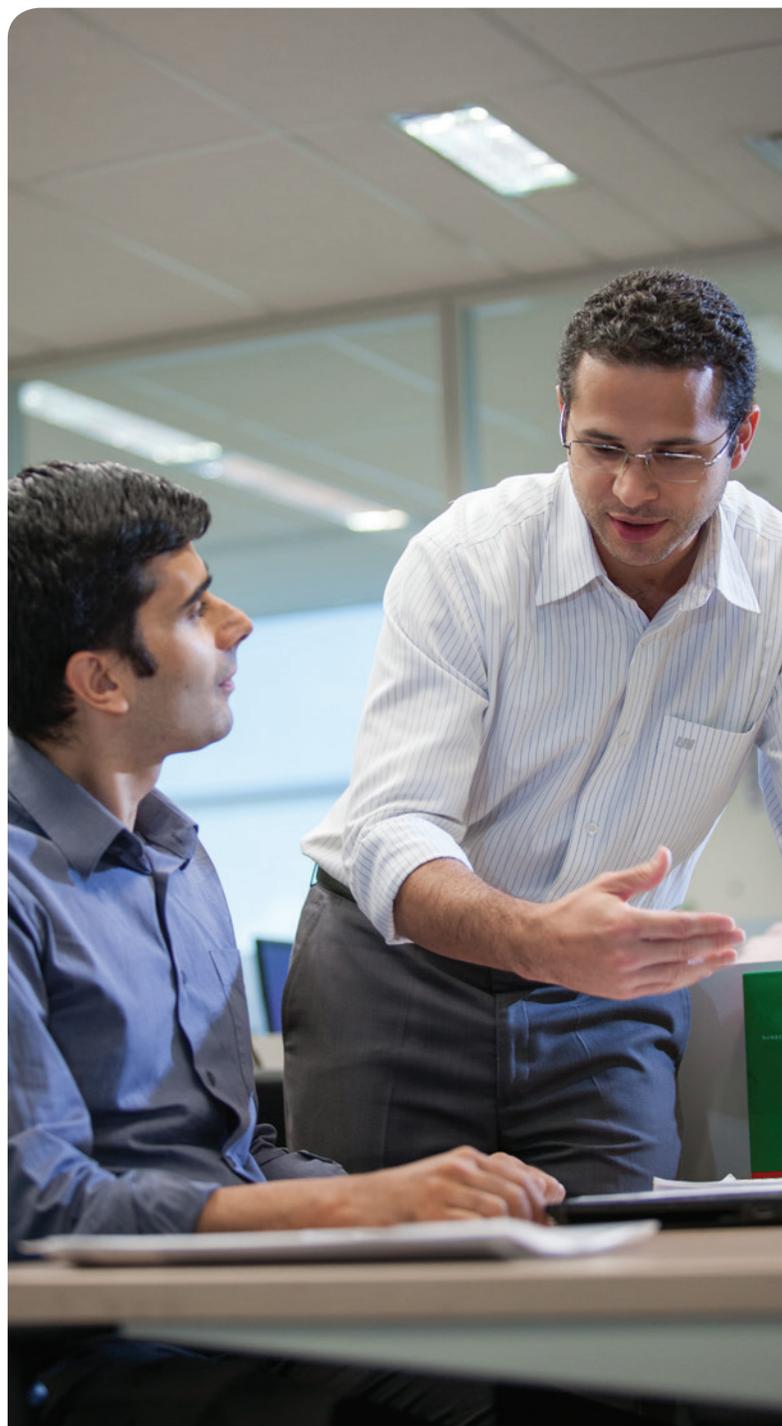
3.5 CONTINGÊNCIAS

As contingências são incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ou não ter impacto na situação econômico-financeira da Entidade.

A ODEPREV adota como critério o registro contábil apenas das contingências indicadas pelos seus assessores legais como de “provável” perda em relação a processos judiciais em curso. Atualmente não existem processos indicados como de provável perda, fato esse que levou a ODEPREV a não constituir qualquer provisão contábil.

As contingências atuais da ODEPREV contemplam litígios requerendo indenizações e pecúlios, todos classificados com possibilidades de perdas possíveis ou remotas pelos seus assessores legais e envolvendo montantes considerados, pela sua Administração, como de baixa representatividade.

Adicionalmente, vem tramitando, em esfera administrativa, auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal, referente a suposto débito de Contribuição Social sobre Lucro Líquido, relativa aos exercícios sociais de 1997 a 2001, no montante aproximado de R\$ 3.416 para o qual a Entidade vem apresentando as defesas cabíveis e não espera perdas financeiras.



4. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimento estabelece os princípios e as diretrizes que devem reger os investimentos da ODEPREV. Ela é elaborada pela Diretoria da ODEPREV, sendo que o Diretor de Investimentos e AETQ – Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, Daniel Lima, é devidamente Certificado pela ANBIMA para exercer esta função. A elaboração da Política de Investimento conta também com o apoio da Consultoria especializada em investimentos e riscos financeiros RiskOffice. Posteriormente, a Política é submetida ao Conselho Deliberativo da ODEPREV.

A presente Política de Investimento tem como base a Resolução Nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional, que “dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas EFPC”.

Entidade: ODEPREV Odebrecht Previdência
 Nome do Plano: Plano Odeprev de Renda Mensal
 CNPB: 1994.0040-29
 AETQ: Daniel Lima

ARPB: Ivette Guimarães

Exercício: 2012

Controles de Riscos: Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez, Risco de Derivativos, Risco Operacional, Risco Legal e Risco Sistêmico.

Periodicidade do Controle de Riscos1: diário e quinzenal

Aprovação do Conselho Deliberativo: 18/12/2012

1Provedores de Serviços que apoiam no Controle e Gestão de Riscos da ODEPREV: o atual Administrador Fiduciário, Custodiante e Controlador (Intrag – Itaú) contratado pela ODEPREV para realizar o compliance diário, além da Consultoria de Investimentos e Riscos (RiskOffice) contratada para o controle de riscos quinzenais.

4.1 POLÍTICA DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Plano de Benefícios: Plano Odeprev de Renda Mensal
 Índice de Referência: IPCA + 4,00% a.a.

Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação

| Segmento | Limite Legal | Alocação Objetivo | Limites | |
|-----------------------------|--------------|-------------------|----------|----------|
| | | | Inferior | Superior |
| Renda Fixa | 100% | 70,00% | 60,00% | 95,00% |
| Renda Variável | 70% | 20,00% | 5,00% | 25,00% |
| Investimentos Estruturados | 20% | 0% | 0% | 10% |
| Investimentos no Exterior | 10% | 0% | 0% | 2% |
| Imóveis | 8% | 0% | 0% | 4% |
| Operações com Participantes | 15% | 2% | 0% | 5% |



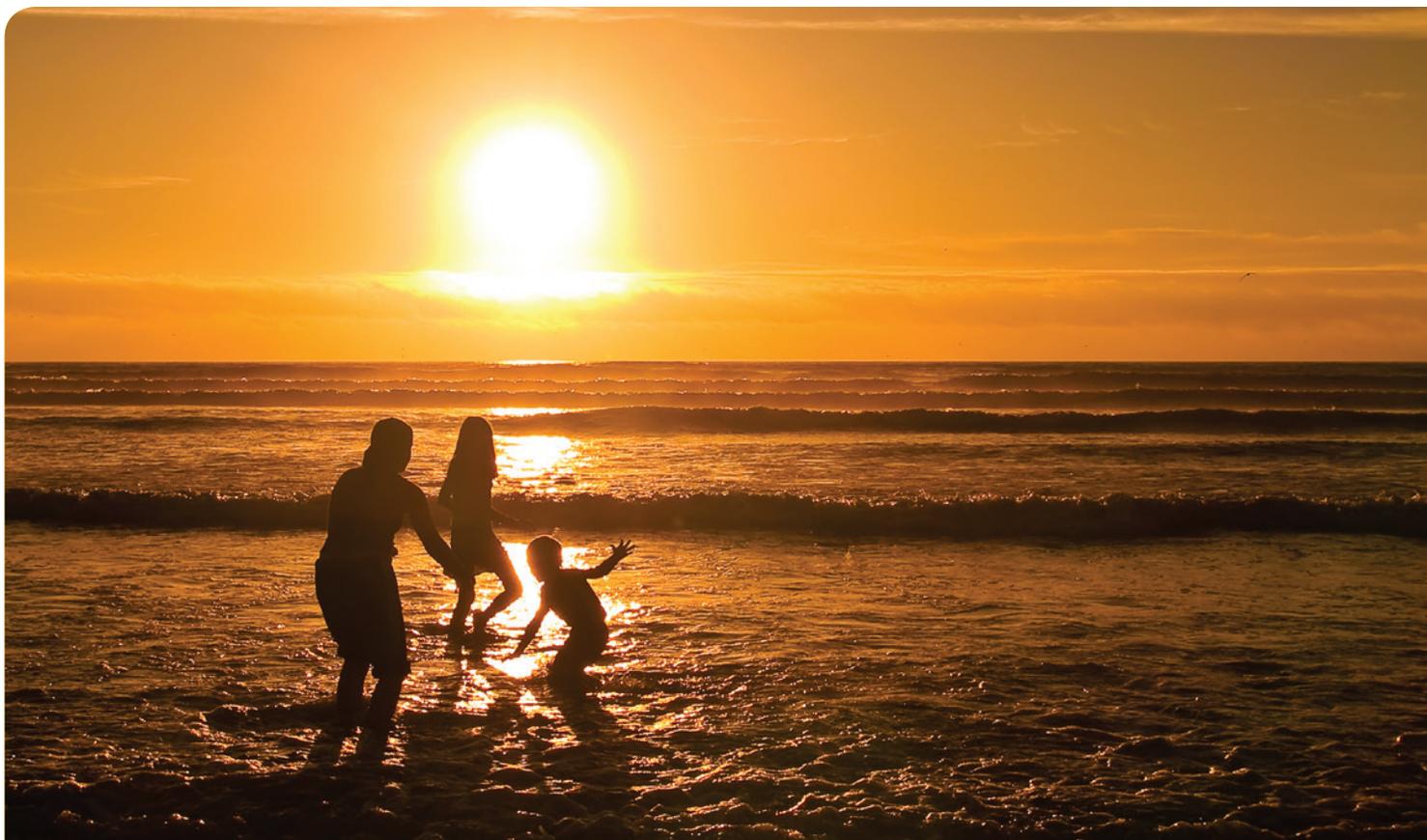
4.2 POLÍTICA DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Plano de Gestão Administrativa: PGA

Índice de Referência: **CDI**

Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação

| Segmento | Limite Legal | Alocação Objetiva | Limites | |
|------------|--------------|-------------------|----------|----------|
| | | | Inferior | Superior |
| Renda Fixa | 100% | 100% | 100% | 100% |



5. MANIFESTAÇÃO DOS CONSELHOS

5.1 CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é também um controle interno da ODEPREV. Tem suas responsabilidades pautadas na análise e avaliação do método administrativo implementado, das questões orçamentárias e de investimentos, tendo através da elaboração de pareceres e manifestações a sua opinião sobre a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pela Entidade e a conformidade destes.

O Conselho Fiscal da ODEPREV é composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, sendo que quatro são indicados pela Odebrecht S.A. e dois são eleitos dentre os Participantes e Assistidos.

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

Nº 001/2013

DIA, HORA E LOCAL: em 25 de março de 2013, às 09:00 horas, no escritório da Patrocinadora Odebrecht S.A., localizada na Av. das Nações Unidas, 8501, 28º andar, Ed. Eldorado, São Paulo – SP.

MESA: Sérgio Garrido de Barros, escolhido entre os presentes como Presidente da Mesa; Ismael Abreu, escolhido entre os presentes como Secretário.

PRESENÇA: A totalidade dos Membros do Conselho Fiscal da ODEPREV ODEBRECHT PREVIDÊNCIA (“ODEPREV”) e, como convidados, Daniel Lima, Diretor da ODEPREV e Rodrigo Gonçalves, Analista Financeiro.

ANÁLISES E MANIFESTAÇÕES:

Em atendimento as práticas de Governança na ODEPREV e em conformidade com os termos do Artigo 19 da Resolução CGPC nº 13 e demais legislações aplicáveis as EFPC, foram submetidos para a apreciação do Conselho Fiscal da ODEPREV os seguintes documentos:

a) Parecer Atuarial data base 31/12/2012, elaborado pelo

ETA Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/A Ltda., referente ao Exercício de 2012;

- b) Parecer dos Auditores Independes, elaborado pela Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S, referente ao Exercício de 2012;
- c) Relatório Anual de Prestação de Contas do Exercício de 2012 – Acompanhamento Orçamentário;
- d) Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012, contendo: (i) Demonstrações Financeiras do Plano de Benefícios (Plano ODEPREV de Renda Mensal); e (ii) Demonstrações Financeiras do Plano Administrativo - PGA; elaborados por Jorge Moreira Contadores Associados; e
- e) A aderência da gestão dos recursos garantidores do Plano de Benefícios e do Plano Administrativo (PGA) às normas em vigor e às suas Políticas de Investimentos, referentes à conclusão do exercício findo em 31/12/2012.

Após análise dos materiais fornecidos, tendo em vista os aspectos orçamentários e contábeis em conformidade com as diretrizes internas e o Orçamento estabelecido para 2012, o Conselho Fiscal da ODEPREV se manifesta, por unanimidade, favoravelmente ao teor dos documentos e das práticas de gestão, registrando sua análise no relatório de Manifestação do Conselho Fiscal.

Considerando-se os mais diversos aspectos da legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, o Conselho Fiscal observa que a ODEPREV cumpre regularmente todos as restrições e limites impostos por tal legislação.

Cabe ressaltar, entretanto, que foi observado um desenquadramento em relação à Política de Investimentos vigente em 2012. Na ocasião, a Política de Investimentos vedava alocação no segmento de Investimentos Estruturados, conforme definido pela legislação. No fechamento de dezembro de 2012, a ODEPREV alocava 0,04% de seus recursos em fundos de investimento



imobiliários negociados em bolsa de valores. As alocações que originaram os desenquadramentos são de segundo e terceiro níveis – isto é, feita por dois fundos investidos por fundos de fundos nos quais a ODEPREV investe. Sendo esses fundos de segundo e terceiro níveis fundos abertos, a ODEPREV não exerce nenhuma influência em termos de mandato e/ou política de investimentos diretamente sobre eles. Tais desconformidades não mais ocorrerão, pois a Política de Investimentos de 2013, aprovada pelo Conselho Deliberativo da ODEPREV em 18/12/2012 cria limites para Investimentos Estruturados. A criação desses limites, fundamentada no estudo de macro alocação dos recursos da entidade, tem o objetivo de buscar maior diversificação e uma melhor relação risco/retorno dos investimentos. Em paralelo, os gestores dos fundos nos quais a ODEPREV investe diretamente foram advertidos e, em caso de reincidência, os recursos poderão ser resgatados.

ENCERRAMENTO: Tendo em vista as análises e manifestações favoráveis dos itens acima, inexistem recomendações sobre eventuais deficiências. Inexiste também, definição de cronograma para execução do saneamento destas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente Ata que após lida e aprovada, é assinada pelos membros da Mesa e por todos os Conselheiros presentes.

5.2 CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo é a instância máxima da ODEPREV, uma vez que é de sua responsabilidade a definição da Política Geral do Plano Odeprev, bem como das diretrizes e estratégias administrativas que regem a entidade.

Composto por sete membros titulares e sete membros suplentes, dos quais oito são indicados pela Odebrecht S.A. e seis eleitos por Participantes e Assistidos, o Conselho se reúne ao final de cada semestre – e/ou quando necessário - para promover o debate acerca dos temas de sua incumbência, além de deliberar sobre as decisões mais importantes da entidade.

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO - Nº 009/2013

DIA, HORA E LOCAL: em 28 de março de 2013, às 14:30 horas, no escritório da Patrocinadora Odebrecht S.A, localizado na Av. Nações Unidas, nº 8501, 32º andar, Ed. Eldorado Business Tower, Pinheiros, São Paulo - SP.

MESA: Paulo Lacerda de Melo – *Presidente*; Eliani Maria Borazo Rubira – *Secretária*.

PRESENÇA: A maioria dos Membros do CD da ODEPREV ODEBRECHT PREVIDÊNCIA (“ODEPREV”). Como convidados, Sérgio Brinckmann e Daniel Lima, membros da Diretoria Executiva da ODEPREV.

1) ANÁLISES E MANIFESTAÇÕES:

Em atendimento às boas práticas de Governança na ODEPREV e em conformidade com a legislação vigente e o Estatuto Social da ODEPREV, após apreciação dos documentos abaixo relacionados, levados pela Diretoria Executiva da ODEPREV, por unanimidade, os Conselheiros emitem esta manifestação e aprovam:

- i. A Ata de Reunião do Conselho Fiscal da ODEPREV número CF-001-2013, contendo a sua manifestação referente ao Exercício de 2012, contemplando a aderência da gestão dos recursos garantidores do Plano de Benefícios e do Plano Administrativo (PGA) às normas em vigor e às suas Políticas de Investimentos, referentes à conclusão do exercício findo em 31/12/2012
- ii. o Relatório Anual de Prestação de Contas do Exercício de 2012 – Acompanhamento Orçamentário
- iii. o Parecer dos Auditores Independentes – Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S
- iv. as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012 – Benefícios e PGA - elaborados por Jorge Moreira Contadores Associados
- v. o Parecer Atuarial data base 31/12/2012, elaborado pelo ETA Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/A Ltda.

vi. os documentos acima relacionados, devidamente disponibilizados ao CD, passam a fazer parte desta Ata, como Anexos.

2) INFORMAÇÕES ADICIONAIS E COMPLEMENTARES:

Os Conselheiros tomaram ciência das informações listadas abaixo, apresentadas pela Diretoria da ODEPREV e constantes da agenda da reunião previamente distribuída, a saber:

a) a Avaliação Atuarial em 31/12/2012 e ao Plano Anual de Custeio para 2013, elaborado pelo ETA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/A Ltda

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião sem nenhuma recomendação adicional por parte deste Conselho, lavrando-se a presente Ata que, após lida e aprovada, é assinada pelos membros da Mesa, pelos Conselheiros Deliberativos presentes e Diretores Executivos da ODEPREV também presentes.





ODEPREV
O futuro é agora

